

# Eleições, uma arma contra governadores

As notícias de que o presidente José Sarney cogita de remeter ao Congresso Nacional emenda propondo eleições gerais em 1988, caso confirme a tendência da Constituinte no sentido de tirar-lhe um ano de mandato, vêm sendo recebidas como uma forma de pressionar diretamente os governadores dos estados.

Realmente, muito embora as eleições gerais, no ano que vem, representem a solução mais adequada para colocar um ponto final na crise política brasileira, é forçoso reconhecer que significariam a cassação dos mandatos outorgados aos atuais governadores, conforme adiantou, dias atrás, o dirigente do estado do Amazonas, Amazonino Mendes.

O que o presidente parece pretender, na medida em que deixa vaziar informes a respeito de suas intenções, é o engajamento dos governadores dos estados na sua tese em favor do presidencialismo e do mandato de cinco anos para si próprio. Enfim, é um recado direto: ajudem-me, que eu os ajudarei; prejudiquem-me, e eu os prejudicarei.

Exceção feita à pessoa de Amazonino Mendes, que se dispõe a renunciar ao mandato, caso o parlamentarismo já aprovado pela Comissão de Sistematização seja confirmado em plenário e se estenda aos estados, os demais governadores, como diria o empresário Antônio Ermírio de Moraes, estão mais preocupados com eles próprios do que com as gerações futuras. Na verdade, agarraram-se aos seus mandatos, por razões compreensíveis, e deles não abdicarão facilmente, ainda que as eleições gerais — repita-se — representem solução e anseio coletivo.

Assim, não deixa de haver certa habilidade no gesto do presidente, ainda que seja sempre condenável a atitude de pressionar para obter das pessoas reações que não condizem com os princípios adotados. Volta e meia algum governador se deixa seduzir pelas aspirações populares e manifesta posição favorável ao mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, mas, diante da ameaça (somente para eles) de eleições gerais, segue-se uma revisão de comportamento.

O próprio Orestes Quércia, em alguns momentos, causou a impressão de que iria fazer a defesa dos quatro anos, porém foi só impressão. Entre prolongar a crise política por mais algum tempo, permanecendo no poder, e abreviá-la com o sacrifício de

parte de seus mandatos, entende-se que os governadores se ajustem às necessidades de José Sarney.

Esse panorama leva a uma previsão diversa daquela para a qual parecem caminhar os fatos. Realmente, exercendo os governadores inegável domínio sobre a posição política de cada constituinte, é de imaginar que não terão dificuldades para levar a maioria a apoiar o ideário de José Sarney, ainda que isso possa significar o abandono dos princípios.

Cada senador, cada deputado federal, depende em seu estado, para a sobrevivência ou fortalecimento político, de decisões do governador. Contrariá-lo significa ficar a pão e água, sem receber os favores que permitem a acomodação dos amigos, parentes e correligionários.

Enfim, em maioria, os constituintes são conduzíveis pelos governadores e disso se poderá valer o presidente José Sarney para tentar alterar as decisões plenárias da Assembleia Nacional Constituinte que ferem os seus interesses. Seria desejável que existisse a mais autêntica liberdade entre esses parlamentares, mas, na verdade, somente uns poucos têm a coragem de se deixar levar pelo que lhes vem da cabeça, e não das entranhas.

Conhecedor da natureza humana, começa o presidente da República a insinuar sutis ameaças. O risco que corre — talvez para isso não atente — reside no fato de estar enfrentando um processo de desmoralização pessoal sem precedentes. A cada dia que passa a Nação vai convencendo-se de que o presidente é um fraco, a quem as lideranças partidárias impingem ministros e programas.

Os políticos costumam repetir que a política é feita de fatos novos. Na medida em que afluíram os acontecimentos, as coisas tomam este ou aquele rumo. Presentemente, os brasileiros percebem, até mesmo por intuição, que a falada transição democrática sofre abalos sistemáticos, dos quais derivam previsões pessimistas. Deteriora-se a economia, desgasta-se, cada vez mais, a imagem dos políticos; ganha vulto a pouca autoridade do presidente da República.

Nesse contexto, acrescido do conturbado processo constituinte, torna-se evidente que a saída para o País será mesmo a realização de eleições diretas e gerais, ainda que isso possa soar como uma espécie de vingança pessoal do presidente da República em relação aos governadores que não o ajudarem.

A. T. C.

## Um homem preparado

A notoriedade e o destaque alcançados pelo empresário Antônio Ermírio de Moraes nas últimas semanas estão levando vários de seus aliados no setor político a acreditar que as suas negativas ("não serei candidato nem a prefeito nem a presidente") representem apenas a estratégia que escolheu para não desgastar-se precocemente.

"Não é possível que o País abra mão de um homem com esse preparo" — dizia, ontem, um de seus mais inquietos articuladores. Na verdade, o grupo ermirrista está convencido de que, no momento oportuno, quando chegar a hora das definições, a pressão sobre o empresário, no sentido de que se candidate, será tão grande que ele não terá como dizer não.

Curiosamente, Ermírio representa hoje a esperança da grande maioria do empresariado brasileiro e até mesmo de antigos adversários políticos, como o ex-ministro Delfim Netto, que defende sua candidatura à Presidência da República.

### No céu

Voltado para as suas atividades privadas, o ex-governador Paulo Maluf tem desopliado o fígado com as propagandas que o governador Orestes Quércia faz do seu governo. "Ele vem dizendo que está 'viabilizando' casas. Ora, casas a gente constrói, e não 'viabiliza'."

Maluf lembra que foi condenado pela imprensa e pelo PMDB por fazer propaganda de suas obras. "O que eu fiz — diz ele — não chega perto, nem de longe, da autopromoção dos dois governadores peemedebistas, Montoro e Quércia."

O ex-governador diz que "Quércia não tem autoridade moral para cobrar judicialmente a propaganda feita por Montoro no Correio Brasileiro porque está fazendo coisas muito piores". Quando se pergunta se está feliz com esses fatos novos, porque permitem uma comparação com o seu governo, afirma: "Feliz não estou, mas estou rindo a valer".

### Cartas próprias

O deputado federal Tito Costa está tentando anular a decisão da Comissão de Sistematização que obriga cada município brasileiro a elaborar e aprovar na Câmara Municipal a sua lei orgânica. Ele acha um absurdo que mais de quatro mil leis municipais sejam acrescentadas ao tipo legislativo brasileiro.

Por intermédio de emenda já oferecida, pretende que cada estado aprove lei orgânica para os municípios ou a eles delegue o poder para fazê-lo.

### Viva voz

Entre as modificações pretendidas para o Judiciário e já aprovadas pela Comissão de Sistematização está a adoção do processo oral em determinadas causas de menor vulto. Ao contrário dos protestos gerados pela criação do Conselho Geral de Justiça, que tolhe o Judiciário, o processo oral teve melhor acolhida. Os juizes, no presente, são forçados a tomar por termo as alegações das partes, formando os grossos volumes até mesmo diante de questões de pouquíssima importância. O processo oral, a exemplo do que ocorre em vários estados americanos, permitirá que as decisões sejam externadas com a desejada rapidez.